



Venda de Medicamentos Veterinários sem Prescrição Médica: Implicações Éticas e Deontológicas

Isabela de Oliveira^{1*}, Taciane Leticia de Melo Souza²

¹Graduanda em Medicina Veterinária da Afya Ji-Paraná. Ji-Paraná, RO, Brasil.

²Docente do curso de Medicina Veterinária da Afya Ji-Paraná. Ji-Paraná, RO, Brasil.

*Autor correspondente: isa_2116@outlook.com

Editor: Wesley Pimenta Cândido

Recebido em: 07/10/2025 Aceito em: 09/11/2025 Publicado em: 16/12/2025

Resumo

A venda de medicamentos veterinários sem prescrição profissional é uma prática recorrente em estabelecimentos comerciais, especialmente em agropecuárias e pet shops, configurando uma infração ética e legal que coloca em risco a saúde animal, humana e ambiental. Este artigo tem como objetivo analisar as implicações éticas e deontológicas dessa prática à luz do Código de Ética do Médico-Veterinário e da legislação vigente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, baseada em artigos científicos e normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). Os resultados indicam que a comercialização de medicamentos sem prescrição viola os princípios da boa prática veterinária, contribui para a automedicação e favorece o desenvolvimento de resistência antimicrobiana. Além disso, fragiliza a relação de confiança entre o profissional, o tutor e a sociedade. Conclui-se que a atuação ética do médico-veterinário é essencial para garantir o uso racional de fármacos, a segurança sanitária e o bem-estar animal, sendo indispensável a fiscalização e a educação continuada no setor.

Palavras-chave: ética profissional; deontologia veterinária; medicamentos; prescrição; automedicação animal.

Sale of Veterinary Medicines Without Prescription: Ethical and Deontological Implications

Abstract

The sale of veterinary medicines without professional prescription is a recurring practice in commercial establishments, especially in farm supply stores and pet shops, constituting an ethical and legal infraction that endangers animal, human and environmental health. This article aims to analyze the ethical and deontological implications of this practice in light of the Veterinary Code of Ethics and current legislation. It is a bibliographic and descriptive study based on scientific articles and regulations of the Federal Council of Veterinary Medicine (CFMV). Results indicate that the commercialization of medicines without prescription violates good veterinary practice, contributes to self-medication and promotes antimicrobial resistance. Furthermore, it undermines the trust relationship among professionals, owners and society. The study concludes that ethical action by veterinarians is essential to ensure rational drug use, sanitary safety, and animal welfare, making inspection and continued education indispensable.

Keywords: professional ethics; veterinary deontology; medicines; prescription; animal self-medication.

1. Introdução

A prescrição de medicamentos é um ato técnico e ético exclusivo do médico-veterinário, essencial para garantir o uso racional de fármacos e a segurança sanitária dos animais e da população. No entanto, a venda de medicamentos veterinários sem prescrição profissional tem se tornado uma prática recorrente em diversos estabelecimentos comerciais, como agropecuárias e pet shops, configurando uma violação ética e legal que compromete o exercício responsável da profissão (CFMV, 2016). Essa prática negligencia princípios fundamentais de responsabilidade técnica e de saúde única, conceito que integra a saúde animal, humana e ambiental (OIE, 2021).

A relevância dessa discussão está relacionada ao crescimento do mercado pet brasileiro, considerado o terceiro maior do mundo segundo o Instituto Pet Brasil (2023), o que aumentou o acesso e a circulação de produtos veterinários. Contudo, a facilidade na aquisição de medicamentos sem orientação adequada favorece a automedicação e o uso incorreto de antibióticos, antiparasitários e anti-inflamatórios, gerando riscos à saúde animal e contribuindo para a disseminação da resistência antimicrobiana, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) como uma das maiores ameaças globais à saúde pública.

A legislação vigente, como a Instrução Normativa nº 35/2017 do MAPA, determina que medicamentos veterinários sujeitos a controle especial só podem ser comercializados mediante prescrição emitida por profissional habilitado. Apesar disso, a fiscalização ainda é limitada, e muitos estabelecimentos mantêm práticas comerciais irregulares, priorizando o lucro em detrimento da ética e da segurança sanitária (Brasil, 2017). Esse cenário revela uma lacuna entre a legislação e a aplicação efetiva dos princípios deontológicos que regem a medicina veterinária.

Dessa forma, torna-se necessário compreender as implicações éticas e deontológicas envolvidas na venda de medicamentos veterinários sem prescrição, uma vez que essa conduta não apenas fere o Código de Ética do Médico-Veterinário, mas também ameaça a credibilidade da profissão e a confiança da sociedade nos serviços veterinários (Silva et al., 2020). A conduta ética do médico-veterinário deve orientar-se pelo compromisso com a saúde coletiva, respeitando as normas profissionais e promovendo práticas baseadas em evidências e responsabilidade social (Ferreira; Andrade, 2018).

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: quais são as implicações éticas e deontológicas da comercialização de medicamentos veterinários sem prescrição médica? Assim, o objetivo é analisar essas implicações à luz da ética profissional e da legislação vigente.

2. Metodologia

A metodologia deste estudo visa apresentar os procedimentos adotados para analisar a venda de medicamentos veterinários sem prescrição médica, enfatizando suas implicações éticas e deontológicas. O delineamento metodológico foi estruturado para garantir transparência, reprodutibilidade e rigor científico.

2.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental. Este tipo de estudo permite compreender criticamente as práticas de venda de medicamentos veterinários sem prescrição, bem como as repercussões éticas e legais dessas condutas (Gil, 2020; Amorim et al., 2020). A abordagem qualitativa possibilita identificar padrões de conduta, percepções de

profissionais e lacunas regulatórias (Benedito et al., 2017).

2.2 Local e Período do Estudo

A pesquisa foi realizada de forma remota e documental, analisando artigos científicos, legislações, códigos de ética profissional e relatórios institucionais. O levantamento de dados ocorreu entre setembro e outubro de 2025, contemplando publicações nacionais e internacionais sobre medicação sem prescrição, ética veterinária e práticas de automedicação em animais (Lima, 2020; Benedito et al., 2017).

2.3 População e Amostra

A população de interesse abrange profissionais de medicina veterinária, farmacêuticos e tutores de animais de companhia. A amostra foi intencional, composta por artigos e documentos publicados entre 2002 e 2025 que abordassem a venda de medicamentos sem prescrição, implicações éticas, riscos à saúde animal e legalidade da prática. Foram priorizados estudos com dados empíricos e análises de conduta ética, como levantamento em hospitais veterinários e agropecuárias (Lima, 2020; Benedito et al., 2017).

2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando artigos científicos, legislações, códigos de ética profissional e relatórios de órgãos reguladores. A seleção considerou critérios de atualidade, relevância e confiabilidade. Documentos que abordassem automedicação em medicina veterinária, riscos de intoxicação e condutas éticas foram priorizados (Amorim et al., 2020).

2.5 Procedimentos para Coleta de Dados

A coleta ocorreu em etapas sequenciais: Pesquisa em bases como SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais; Seleção de documentos relevantes mediante análise de títulos, resumos e palavras-chave como “medicação sem prescrição”, “ética veterinária” e “automedicação em animais”; Registro digital das informações em planilhas categorizando dados conforme aspectos éticos, legais e práticos da venda de medicamentos veterinários.

2.6 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados foram analisados por análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo identificar categorias, padrões e tendências relacionadas à venda de medicamentos sem prescrição. A análise enfatizou implicações éticas, riscos à saúde animal e humana e recomendações de conduta profissional (Amorim et al., 2020; Lima, 2020; Benedito et al., 2017).

2.7 Aspectos Éticos

Como se trata de pesquisa documental, não houve contato direto com seres humanos ou animais. Todos os dados foram devidamente citados, respeitando direitos autorais e propriedade intelectual. O estudo observou normas de integridade acadêmica e conduta científica, em consonância com as diretrizes do CNPq (2012) e da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo confiabilidade e ética na utilização das fontes.

3. Resultados e Discussão

A seção de Resultados e Discussão, neste trabalho, é apresentada de forma integrada e crítica, cumprindo o papel de analisar os achados levantados à luz da

legislação vigente e da literatura científica sobre Saúde Única. Os dados confirmam a alta incidência da prática de venda e administração de medicamentos veterinários sem a devida prescrição, expondo um grave problema de saúde pública e deontologia profissional.

3.1 Incidência da Automedicação e Prescrição por Leigos

Os achados demonstram que a medicação sem prévia consulta ou prescrição médico-veterinária, por analogia à automedicação em humanos, é uma prática recorrente no Brasil, com uma prevalência significativa tanto em pequenos quanto em grandes animais (BENEDITO et al., 2017). A revisão de prontuários em um hospital veterinário revelou que a incidência de pacientes que receberam medicação prévia à consulta atingiu cerca de 59% em pequenos animais (cães e gatos), podendo se elevar para 83% em grandes animais (BENEDITO et al., 2017).

A origem desta prática está diretamente ligada à facilidade de acesso aos fármacos e, principalmente, à prescrição realizada por leigos em estabelecimentos comerciais (AMORIM et al., 2020; LEITE et al., 2002).

Em um estudo observacional de caso simulado, constatou-se que em 100% dos estabelecimentos de comércio de produtos veterinários visitados, a indicação de fármacos para um caso hipotético foi realizada por atendentes, balconistas e proprietários não habilitados profissionalmente (LEITE et al., 2002). Tal prescrição foi frequentemente realizada sem o exame prévio do animal e com coleta de dados insatisfatória, ignorando informações cruciais como peso, raça, idade ou medicação prévia (LEITE et al., 2002).

Os medicamentos mais frequentemente citados nos casos de uso irracional e

automedicação são os Anti-inflamatórios Não-Esteroidais (AINEs) e os antimicrobianos (BENEDITO et al., 2017; AMORIM et al., 2020; LIMA et al., 2017).

3.2 Implicações Éticas e Deontológicas

A conduta de prescrever medicamentos por indivíduos não qualificados e a venda desregulada constituem uma violação direta dos preceitos éticos da Medicina Veterinária. A prescrição veterinária é um ato de responsabilidade técnica e ética, privativa do médico-veterinário (CFMV, Resolução nº 1.318/2020).

O Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução CFMV nº 1138/2016) estabelece, em seu Artigo 8º, inciso IX, a vedação de "fornecer a leigo ensinamentos, métodos ou meios, instrumentos ou técnicas privativas de sua competência profissional" (CFMV, 2016). Portanto, a atuação de leigos na indicação terapêutica configura um desvio de conduta passível de responsabilização ética do profissional Técnico Responsável pelo estabelecimento (CRMV/CFMV).

3.3 Riscos à Saúde Animal e Saúde Única

A venda de medicamentos sem prescrição acarreta consequências graves, sendo as mais proeminentes a intoxicação exógena e o aumento da Resistência Antimicrobiana (RAM).

- Risco de Intoxicação e Falha Terapêutica: O uso inadequado e a dosagem incorreta, características da automedicação e da prescrição leiga, elevam o risco de intoxicações exógenas em cães e gatos (AMORIM et al., 2020). O uso de AINEs, por exemplo, sem conhecimento da farmacocinética e dosagem correta para a espécie e peso do animal, pode levar a quadros graves de insuficiência renal e,

em felinos, a reações tóxicas letais devido à diferença no metabolismo (BENEDITO et al., 2017). A medicação prévia também pode mascarar os sinais clínicos de doenças sérias, dificultando o diagnóstico correto e induzindo o fracasso terapêutico (BENEDITO et al., 2017).

- Contribuição para a Resistência Antimicrobiana (RAM): O uso irracional de antibióticos é uma das principais causas da emergência de cepas bacterianas resistentes (AMORIM et al., 2020). A facilidade na aquisição desses fármacos e o uso em doses insuficientes ou por períodos incompletos, prática comum na automedicação, favorecem o desenvolvimento e a seleção de bactérias multirresistentes (AMORIM et al., 2020). Esta é uma questão de Saúde Pública de escala global e reforça o conceito de Saúde Única, uma vez que a resistência pode ser transmitida entre animais, humanos e o meio ambiente (AMORIM et al., 2020). Apesar da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 44/2010 da ANVISA, que estabeleceu o controle e retenção de receita para antimicrobianos de uso humano, a fiscalização para o uso veterinário, regida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Decreto nº 5.053/2004; IN MAPA nº 35/2017), precisa ser fortalecida para coibir a venda sem a devida Notificação de Receita Veterinária.

4. Conclusão

A análise das implicações éticas e deontológicas da venda de medicamentos veterinários sem prescrição profissional evidenciou que essa prática constitui uma violação aos princípios da Medicina Veterinária, comprometendo a segurança sanitária, o bem-estar animal e a credibilidade da profissão. Verificou-se que a automedicação e a comercialização irregular de fármacos persistem

como condutas frequentes, favorecidas pela insuficiente fiscalização e pela falta de orientação adequada aos tutores. O estudo reforça a importância da atuação ética e responsável do médico veterinário como elemento central na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção da resistência antimicrobiana, conforme apontado em pesquisas recentes. Conclui-se que a valorização da ética profissional, aliada à intensificação da fiscalização e à educação continuada, é essencial para mitigar essa problemática e fortalecer a confiança da sociedade na atuação veterinária. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a avaliação de estratégias educativas e políticas públicas voltadas à conscientização da população e ao aprimoramento das práticas de controle sanitário no setor.

5. Referências

AMORIM, A. R. de et al. *O uso irracional de medicamentos veterinários: uma análise prospectiva*. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 14, n. 2, p. 196–205, abr.–jun. 2020. DOI: 10.5935/1981-2965.20200017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BENEDITO, G. S. et al. *Incidência de medicação sem prescrição em um hospital veterinário na cidade de Umuarama, Paraná, no período entre 2011 e 2015*. **Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública**, v. 5, n. 2, p. 140–157, 2017. DOI: 10.4025/revcivet.v4i2.36903.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa nº 35, de 24 de novembro de 2017*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária. *Código de Ética do Médico-Veterinário*. Brasília: CFMV, 2016.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Diretrizes de Integridade na Atividade Científica*. Brasília: CNPq, 2012.

FERREIRA, A. P.; ANDRADE, J. R. *Ética profissional e responsabilidade social na Medicina Veterinária*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

INSTITUTO PET BRASIL. *Mercado pet brasileiro 2023: panorama e indicadores do setor*. São Paulo: IPB, 2023.

LEITE, L. C. et al. *Prescrição de medicamentos veterinários por leigos: um problema ético*. **Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 43–47, out./dez. 2006.

LIMA, M.; PAULA, C. Q. de; PAULA, V. G. de. *Análise do perfil de venda de medicamentos veterinários em lojas agropecuárias: um estudo de caso em uma agropecuária da região administrativa do Gama no DF*. **Revista Cosmos**, v. 8, n. 2, p. 18–37, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OIE – Organização Mundial de Saúde Animal. *One Health Approach*. Paris: OIE, 2021.

WHO – World Health Organization. *Antimicrobial resistance: global report on surveillance*. Geneva: WHO, 2020.